

CORREIO PAULISTANO



Ton Rodrigues | REDE CÂMARA SP

Cerimônia foi presidida por Ricardo Teixeira (UNIÃO).

Câmara Municipal: 8ª edição do Concurso Público Literário

A Câmara Municipal de São Paulo realizou o oitavo Concurso Público Literário na sede do legislativo, no centro da capital paulista. O evento estimula a produção textual e a criatividade dos estudantes das escolas que integram a Rede PEA (Programa de Escolas Associadas) da Unesco no Brasil. A cerimônia foi presidida pelo chefe do Legislativo paulistano, vereador Ricardo Teixeira (UNIÃO). "Hoje, infelizmente, com a internet, o pessoal fica só nos jo-

guinhos e a leitura está ficando para trás. Então, quando a gente vê tanto jovem ganhando prêmio literário, é uma maravilha. E, ainda, sendo comemorado aqui na Câmara Municipal de São Paulo", disse Teixeira. Nesta edição foram homenageados, estudantes, professores, coordenadores e diretores de 16 instituições educacionais participantes. "Estar aqui e ensinar esses alunos a serem um cidadão é maravilhoso", disse Elizabeth Rodriguez, da escola EAG.

Audiência para mulheres imigrantes

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara marcou uma Audiência Pública com o tema "Políticas Públicas para Mulheres Imigrantes". O debate acontecerá na próxima

sexta-feira (14), a partir das 12h. A convocação do debate atende a um pedido da vereadora Ely Teruel (MDB), que destaca que as mulheres imigrantes enfrentam maior vulnerabilidade social.



Encontro é o segundo promovido pela Liderança do PT.

Saúde Pública é assunto de encontro na Câmara

A Câmara Municipal de São Paulo sediou o segundo encontro do 1º Ciclo de Debates sobre Saúde Pública, evento promovido pela Liderança do PT (Partido dos Trabalhadores). As convidadas Deborah Sicchierolli e Wânia Silva Ferreira, integrantes do apoio técnico da Superintendência do Ministério da Saúde, apresentaram instrumentos e sistemas de gestão, como o DigiSUS, plataforma que facilita o acesso à informação tanto para

os municípios quanto para as redes de saúde. "Tudo o que você colocar no DigiSUS vai subir para as plataformas públicas, onde toda a população e os órgãos de controle vão ter acesso. Então, todas as informações que você digitar sobre planejamento, sobre orçamento, sobre as metas alcançadas no seu município vão estar nas plataformas públicas", disse Debora. Os próximos encontros serão voltados à comunicação e informação em saúde.

CEUs no Fériado da Proclamação

Os 62 Centros Educacionais Unificados (CEUs) da cidade de São Paulo estarão abertos ao público no próximo sábado (15), Proclamação da República e os CEUs terão programação cultural, esportiva e de lazer. As unidades estarão funcionando das 8h às 18h. Além dos CEUs, 30 estabelecimentos da Rede Municipal participam do Programa Escola Aberta, que mantém atividades aos fins de semana e também estarão

STF anula lei de SP que restringia mototáxis

Prefeito Ricardo Nunes é contra esse tipo de transporte

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, nesta segunda-feira (10), para derrubar a Lei que restringia o transporte individual remunerado de passageiros por motocicleta — o serviço de mototáxi. A norma, que exigia autorização prévia dos municípios para funcionamento de aplicativos como Uber e 99, foi considerada inconstitucional por violar os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, além de invadir competência exclusiva da União sobre políticas de transporte e trânsito.

O julgamento ocorre em sessão virtual, que se encerra às 23h59 desta sexta-feira (14), e confirma liminar concedida em setembro pelo relator, ministro Alexandre de Moraes.

A lei, sancionada em junho, impunha que motoristas de mototáxi só poderiam atuar com autorização prévia das prefeituras. Quem descumprisse a regra estaria sujeito a multas e sanções por transporte ilegal de passageiros. A Confederação Nacional de Serviços (CNS) questionou a medida no STF, alegando que o estado criou barreiras indevidas a uma atividade econômica legal e fez o direito de escolha do consumidor. Para a entidade, apenas a União tem competência para legislar sobre diretrizes de transporte e trânsito no país.



Arquivo/Bruno Santos/Folhapress

Ministro do STF diz que apenas a União pode legislar sobre trânsito e transportes.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), foi um dos principais defensores da restrição ao serviço de mototáxi. Desde 2023, Nunes vinha se manifestando contra a circulação de motocicletas usadas em transporte de passageiros por aplicativos na capital, citando riscos à segurança viária e aumento de acidentes.

Nos bastidores, a Prefeitura de São Paulo articulou com parlamentares da base governista na Assembleia Legislativa (Alesp) para incluir exigências mais rígidas no texto da lei. O prefeito também defendeu que caberia aos municípios autorizar ou vetar a atividade — argumento que agora foi rejeita-

do pelo STF.

"A capital tem um trânsito intenso e índices altos de acidentes com motos; precisamos preservar vidas", declarou Nunes em entrevistas anteriores à sanção da lei. Moraes: "Estado não pode criar obstáculos à livre iniciativa"

O relator Alexandre de Moraes votou pela conversão do julgamento de liminar em análise definitiva de mérito e declarou a ação procedente. Ele classificou a lei como inconstitucional formal e material, por interferir em competências da União e criar restrições desproporcionais à atividade econômica. Segundo Moraes, o estado não pode inovar no

regime jurídico do transporte individual de passageiros nem impor condições que dificultem a atuação de motoristas de aplicativos. "Não há diferença jurídica entre o transporte por aplicativo realizado com automóveis e o feito por motocicletas", escreveu o ministro.

"As barreiras criadas pela norma apenas estimulam a clandestinidade e prejudicam o consumidor."

Para o relator, o serviço de mototáxi é uma atividade privada e lícita, protegida pelos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, e sua regulamentação cabe apenas aos municípios, dentro dos limites da lei federal.

Cidade de SP cria 17 mil empregos com carteira assinada em setembro

Divulgação



Número é maior que o registrado em 25 estados do país.

A cidade de São Paulo criou 16.997 postos de trabalho com carteira assinada em setembro — número superior ao registrado em 25 estados e no Distrito Federal, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). O resultado supera o desempenho de grandes unidades da federação, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas e Santa Catarina.

O levantamento aponta que o saldo positivo da capital paulista só ficou atrás do estado de São Paulo. Em setembro, a cidade apresentou desempenho positivo na geração de empregos em setores como Saúde, Esporte e Qualidade de Vida, com 15.105 trabalhadores contratados no mês.

Além disso, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada em agosto, o rendimento médio do trabalhador da capital é de R\$ 5.323 — valor 31,3% superior à média do Es-

tado de São Paulo e 57,9% acima da média nacional.

De acordo com o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Rodrigo Goulart, a rede Cate tem oferecido apoio ao trabalhador que busca a recolocação profissional, assim como para as empresas que necessitam

recompor suas equipes. "Principalmente nessa reta final de ano, em que diversos setores ainda contratam, como logística e comércio", disse.

Ele explicou ainda que a Prefeitura está investindo em programas que melhorem a qualificação profissional da população a fim de que pos-

sam acessar as oportunidades que mais crescem no mercado, como o setor de games. "A cidade agora conta com um hub de fomento ao setor, com cursos e suporte para quem empreende na área", destaca.

Mutirões de emprego

O Cate, além das 3 mil vagas diárias, em média, em sua rede de 46 postos, promoverá ainda em novembro mutirões de emprego pelo Dia da Consciência Negra e pelo Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Além disso, programas de desburocratização, capacitação profissional e estímulo ao empreendedorismo têm fortalecido o ambiente de negócios e ampliado as oportunidades de trabalho.

Entre eles, está o Empreenda Fácil, que permite abrir uma empresa de baixo risco em apenas 24 horas, integrado ao sistema Via Empresa Rápida (VRE) da Jucesp e o que reduz o ISS de 5% para 2% para atividades digitais e tecnológicas.

Projeto da Prefeitura é selecionado

Um projeto da Prefeitura de SP foi um dos quatro selecionados em todo o mundo para receber apoio técnico e financiamento do C40 Cities Finance Facility (CFF), uma das mais importantes iniciativas internacionais de incentivo a projetos urbanos sustentáveis.

O projeto tem o nome de "Requalificação Urbana e Resiliência Climática: Orion II", desenvolvido no âmbito do Programa Mananciais da Prefeitura.

Nesta edição do CFF, mais de 200 projetos foram inscritos em todo o mundo.

"Estamos muito honrados e empolgados com a seleção do projeto da Prefeitura de São Paulo, através do C40 Cities Finance Facility, para receber apoio técnico no Jardim Orion", afirmou a secretária executiva do Programa Mananciais, Maria Teresa Fedeli.

A escolha do projeto paulista reconhece os esforços da cidade em promover soluções baseadas na natureza, urbanização sustentável e adaptação climática em áreas vulneráveis.

O Orion II propõe ações integradas de recuperação ambiental de córregos e margens

da Represa Billings, implantação de parque linear, construção de unidades habitacionais para reassentamento de famílias e infraestrutura verde de drenagem urbana, com o objetivo de melhorar a qualidade das águas e reduzir riscos de enchentes.

O Programa Mananciais — responsável pela concepção e execução do projeto — atua nas regiões das represas Billings e Guarapiranga, promovendo intervenções de habitação, saneamento e meio ambiente voltadas à inclusão social e à proteção dos recursos hídricos.

O C40 Cities Finance Facility (CFF) é uma iniciativa internacional que auxilia cidades a desenvolver projetos inovadores de infraestrutura urbana com foco em sustentabilidade e resiliência climática, conectando-as a financiadores e investidores de impacto.

Além do Orion II, a Prefeitura tem também o Projeto Parque Jardim Castelo, que foi selecionado para integrar a Incubadora de Projetos "Solução Natureza", iniciativa da Fundação Grupo Boticário, em parceria com a C40 Cities, o CGEE e a Bioconexão Urbana.